

***Ammiragliato* - Estudo Sociológico Sobre os Almirantes-mores de Portugal, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481)**

– Marta Pereira Gonçalves

Resumo

Neste artigo pretendemos tratar o cargo de almirante-mor desde D. Dinis a D. Afonso V dando ênfase ao reinado de “O Lavrador”, uma vez que o contrato de oficialização do cargo remonta à cronologia deste reinado. Mais concretamente, pretendemos compreender a hereditariedade do cargo, as ligações matrimoniais entre as famílias que o detiveram e perceber as doações feitas pelos monarcas aos detentores do cargo com base no seu desempenho a nível militar. O trabalho surge depois de uma revisão bibliográfica, tanto portuguesa como italiana, embora esta última em menor número devido à barreira da língua. O resultado final do trabalho consiste na realização de uma árvore genealógica da família Pessanha, a qual é confirmada pelas genealogias elaboradas no início do século XX.

Palavras-chave: Almirante-mor; Família Pessanha; marinha de guerra; doações.

Abstract

The focus and primary goal of this paper is to study the military position of Fleet Admiral and the intricacies linked to it from the reign of the king Denis (D. Dinis) to the reign of the king Afonso (D. Afonso V), putting emphasis on the reign of *O Lavrador (The Farmer King)*. In other words, we aim at understanding the inheritance process of said military rank, the matrimonial relationships involved in this process and also to comprehend the donations granted by the said sovereigns (and those that reigned in between) to the holders of the military rank in question, having as basis their martial deeds, service and accomplishments. This study was composed after a bibliographic research and revision, both stemming from Portuguese and Italian *opera* produced on the subject – although the latter is partially lacking in the present paper due to linguistic hurdles. The result of this analysis comes to fruition, therefore, in the form of a family tree of the Pessanha family; said genealogy is validated by previous genealogies devised at the beginning of the twentieth century.

Keywords: Fleet Admiral; Pessanha Family; navy; donations.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do cargo de almirante-mor desde o reinado de D. Dinis até ao de D. Afonso V (1279-1481). Tentaremos compreender como a concessão de bens aos detentores deste cargo se encontra intimamente ligada aos resultados obtidos na guerra e nas ações diplomáticas levadas a cabo pelo detentor do cargo. Outro dos seus focos será a genealogia. Através deste complemento será mais fácil seguir a ordem dos almirantes, perceber algumas das estratégias matrimoniais seguidas e evitar possíveis equívocos com as homonímias dos vários detentores do cargo.

Necessariamente teremos de explicar ao leitor o que é e em que consiste este cargo, quais as suas origens e, se, outrora, houve algo semelhante no reino ou se terá chegado a existir.

Aproveitamos este momento para explicar a situação vivida no reino alguns anos antes do aparecimento do cargo. Herdeiro do Tratado de Badajoz (1267), D. Dinis reforçou, com o Tratado de Alcañices, datado de 1297, a consolidação das fronteiras com o reino de Leão e Castela.¹ Essa estabilidade fez com que o monarca investisse em reparações e melhoramentos de castelos e/ou sistemas defensivos.² É neste último que se insere a reforma da marinha de guerra. Como diz Maria Helena da Cruz Coelho “D. Dinis herdava um reino unido do Minho ao Algarve. (...) E rasgou-lhe decididamente os horizontes do mar”.³ É nesta cronologia que surge o cargo de almirante. Como nos diz José Augusto Sotto Mayor Pizarro “já existiria em Portugal uma força naval, como é óbvio, mas será com D. Dinis que ela adquire uma estrutura organizativa eficaz”.⁴

Coloca-se assim saber a origem desta palavra. Na sua etimologia árabe, almirante significa comandante. O termo ter-se-á difundido na Europa medieval através de genoveses e sicilianos, homens do mar e de trocas comerciais. Quando a expressão se tornou do conhecimento geral, o homem que ostentava esse cargo começou a ser visto como o chefe das forças navais de cada reino ou cidade.

Gostaríamos ainda de salientar que a tradição na Península Ibérica do termo almirante remonta ao período da presença dos muçulmanos do al-Andaluz. Terá tido o

¹ José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), II, 153-155. Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros, “A Formação de Portugal como Nação Marítima”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização (1139-1414)* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 23.

² José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 173.

³ Maria Helena da Cruz Coelho, “Portugal – Um Reino ‘Plantador de Naus’”. *Revista Portuguesa de História*, t. XLIII (2012), acedido em 17 abril 2014. http://www.uc.pt/chsc/recursos/mhcc/mhcc_rph43.pdf.

⁴ Pizarro, *D. Dinis*, 174.

seu apogeu no século X. Todavia, somente no século XII é que nos iremos deparar com este cargo nas fontes ibéricas. Tal como comprova a historiografia portuguesa: “O almirante encontra-se no reino de Castela de Fernando III e está definido nas partidas de Afonso X como *caudilho dos navios de guerra*”.⁵

No caso português, a tradição historiográfica assume que o cargo surge pela primeira vez durante o reinado de D. Afonso Henriques, sendo o seu detentor o almirante a D. Fuas Roupinho.⁶ Este homem terá aparecido por volta de 1179 e, no ano seguinte, aparece a combater e a vencer os mouros ao largo do cabo Espichel.⁷ A historiografia apoia-se na *Monarchia Lusitana*, de Frei António Brandão, para sustentar esta questão. Porém, a primeira referência ao cargo aparece apenas num aforamento datado de 1288, em que “se nomeia um Domingo Martins “dicto almirante”, o que, indicando tratar-se duma alcunha, pressupõe a existência do cargo e de alguém a preenche-lo”.⁸

*

Desde os anos 80 que o cargo de almirante-mor foi objeto de estudos gerais e nunca de estudos pormenorizados. É necessário mudar esta realidade sob pena de comprometer a história geral. Apesar desta lacuna faremos uma breve análise do estado da arte sobre o tema.

Começamos pelas obras gerais. Vitoriano José César, na quarta parte do volume segundo da *História de Portugal de Barcelos*, escreve sobre a organização militar do Reino.⁹ Nenhum destaque é dado ao cargo de almirante-mor nem à criação da Marinha de Guerra que, se me é permitida esta expressão, “andam de mão dada”. Analisando a parte dedicada à história política são raríssimas as vezes que se mencionam o dito cargo.

As Histórias de Portugal novecentistas falam avulso do tema a que dedicámos estudo. A *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques será a mais completa. Através dela é possível compreender, ainda que de um modo incompleto, a chegada de várias famílias genovesas ao reino, o surgimento da Marinha

⁵ Isabel Vaz de Freitas Botelho Cardoso, “Organização”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 168. Tancredo de Moraes, *A Acção da Marinha na Conquista e Defesa do Território. Instituições Marítimas e Comércio Marítimo*: (Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940), II, 367.

⁶ Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, “Almirante”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), I, 118.

⁷ Barros, “A Formação”, 25.

⁸ Silva, “Almirante”, 118. Cardoso, “Organização”, 1.

⁹ Damião Peres e Eleutério Cerdeira (dirs.), *História de Portugal* (Barcelos: Portucalense Editora, 1928-1937), II.

de Guerra, os deveres e as regalias daquele que detinha o cargo e algumas guerras em que estiveram envolvidos, nomeadamente as Guerras Fernandinas.

Não podemos deixar de mencionar o artigo que o *Dicionário de História de Portugal* dedicou em 1985 ao cargo de Almirante-mor, da autoria de Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva. Nele podemos recuar até ao tempo de D. Afonso Henriques e chegar até ao século XVIII. Este artigo continua a abordar as mesmas problemáticas de outros: a chegada do genovês, as suas mercês e a evolução das mesmas. No entanto, se o compararmos com outros artigos da mesma obra e da mesma autora notamos que existe alguma contradição.

Já no ano de 2003, Luís Miguel Duarte escreve, no volume I da *Nova História Militar de Portugal*, sobre a Marinha de Guerra dando várias hipóteses possíveis para considerarmos o seu surgimento. É o primeiro a colocar a hipótese de existirem Almirantes antes de Nuno Fernandes Cogominho. Contextualiza a chegada de *Micer* Manuel Pessanha e relembra que D. Dinis não fez mais do que seguir os passos que Diogo Gelmires, Arcebispo de Compostela, dera 200 anos antes e que o Rei de Castela dera no ano de 1284. É algo importante para se ter em conta, uma vez que a maioria dos autores não faz menção aos almirantes do reino vizinho. Luís Miguel Duarte lembra ainda que dois dos irmãos de *Micer* Manuel Pessanha se encontravam em Inglaterra ao serviço de Eduardo II.¹⁰ Incontornável será a análise que faz do contrato celebrado em 1317 entre ambas as partes. Tal como a maioria dos autores não faz menção à localização do lugar de Pederneira.¹¹ É dos poucos que faz menção ao que acontece ao cargo quando deixa de haver descendentes dos Pessanha, ou seja, no reinado de D. Afonso V.¹²

Contudo, e de forma geral, podemos afirmar que os vários autores que foram escrevendo sobre a vertente militar do cargo se foram repetindo e, muito raramente, acrescentaram algum acontecimento, algum facto novo.

Podemos considerar que a grande monografia escrita até hoje sobre o tema nos chega pela mão de um descendente da família Pessanha, José Benedicto D'Almeida Pessanha.¹³ Apesar do parentesco não nos deparamos ao longo da obra com grandes exaltações aos feitos da família. Em 1900, ano de publicação da obra, José Benedicto

¹⁰ Luís Miguel Duarte, "A Marinha de Guerra Portuguesa", Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.), *Nova História Militar de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003), I, 299-300.

¹¹ Duarte, "A Marinha", 300.

¹² Duarte, "A Marinha", 311.

¹³ José Benedicto D'Almeida Pessanha, *Nota Histórica dos Almirantes Pessanhas e sua Descendência Dada no Ano de 1900* (Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900).

escreve-nos sobre a assinatura de um contrato em 1317 com o então rei de Portugal, D. Dinis, que fixa a família Pessanha no local da Pederneira. É o único autor do qual temos conhecimento que faz menção exata à localização deste lugar. À medida que avançamos na leitura da obra podemos observar a sucessão do cargo dentro da mesma família, com os seus avanços e retrocessos, e a política de casamentos seguida. Deparamo-nos com algumas situações estranhas para a época, tal como, a título de exemplo, a passagem do cargo para a via feminina, esquecendo os filhos varões. Teríamos de esperar por outros estudiosos para perceber o motivo.

O texto que melhor estuda a família Azevedo insere-se nos Brasões da Sala de Sintra, de Anselmo Braamcamp Freire,¹⁴ mas a bibliografia para este tema em particular ainda continua a ser muito exígua.

Devido à origem da família Pessanha deparamo-nos com bastantes obras italianas. Começamos pela obra de Michel-Giuseppe Canale, sobre a República de Génova e de todo o seu potencial marítimo, onde se destaca a parte VI, uma vez que fala sobre Micer Manuel Pessanha e por fazer referência à sexta parte da *Monarquia Lusitana* de Frei Francisco Brandão. Com isto queremos dizer que este autor italiano dedicou tempo e esforço a pesquisar nas obras portuguesas. Ali podemos ler, mais uma vez, sobre os benefícios e regalias adquiridas no ano da assinatura do contrato entre o primeiro Almirante-mor e D. Dinis. Na parte VII, temos a descrição desenvolvida que o autor nos oferece no fim da obra de forma sintetizada.

Como será possível perceber no desenrolar deste artigo, a família que mais se destacou no cargo foi a dos Pessanhas, uma família genovesa. Sendo um dos nossos objetivos perceber as suas origens, como chegam a Portugal e como aqui se adaptam, faz todo o sentido analisar a obra de Prospero Peragallo.¹⁵ Como tantas outras, é uma obra que destaca Micer Manuel Pessanha e todas as posses que vai ganhando quando chega a Portugal e toma posse do cargo. O autor, do início do século XX, faz menção a uma obra já mencionada por nós de Michel Giuseppe.¹⁶

¹⁴ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973), II, 55, 377, 415, 448, 529.

¹⁵ Prospero Peragallo, *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI: Studi* (Turim: Stamperia Reale della Ditta G. B. Paravia E C., 1904).

¹⁶ Michel-Giuseppe Canale, *Tentativo dei Navigatori e Scopritori Genovesi per Riuscire all' India Lunghesso la Costa Occidentale dell' Africa, Sino Dagli Ultimi Anni del Secolo XIII Continuato Quindi per Essi ed Altri Italiani al Servizio del Portogallo nel XIV ed Oltre la Metà del XV Secolo, Potente e Sicuro Indirizzo Alla Scoperta del Capo di Buona Speranza* (Génova: Tipografia e Litografia Pagano, 1881).

1. O Cargo Segundo as Ordenações Afonsinas

Podemos ler nas *Ordenações Afonsinas* que almirante é o “guiador de todos aquellos, que vão em gualles, ou navios por fazerem guerra sobre mar, e ham tam grande poder em na frota, como se EIRey hi de presente fosse”.¹⁷

Em seguida fazemos um breve resumo de algumas das leis ligadas ao cargo de almirante, que se encontram patentes nas *Ordenações Afonsinas*. Num dos primeiros pontos refere-se o perfil do homem que exercesse o cargo: teria de conhecer bem o mar e os ventos, deveria ainda ter navios com homens com armas e bem apetrechados; e esses homens que integravam a embarcação tinham de ser trabalhadores, capazes e obedientes.¹⁸

Outro dos pontos menciona como seria a cerimónia de entrega do cargo a um descendente: deveria haver uma vigília na igreja, como se de um cavaleiro se tratasse; no outro dia, o novo almirante dirigia-se ao monarca vestido com bons panos, para receber um anel na mão direita, como sinal de honra, bem como uma espada que lhe seria colocada na mão, e na mão esquerda sustentaria o estandarte com as armas do rei. Seguir-se-ia o juramento.¹⁹

Todos os bens que o dito almirante adquirisse nas suas batalhas, quer se fizesse acompanhar de uma frota ou de uma armada, teriam de ser referidos pelo próprio diante dos alcaides que o acompanhavam. Pretendia assim o monarca evitar furtos.²⁰ Era sua obrigação, no regresso da frota, dar conta ao almoxarife de todos os danos causados à embarcação durante os confrontos, ou devido à agitação marítima, e ainda teria de mandar os seus homens guardar bem as embarcações, para que nada se perdesse nem se danificasse.²¹

No caso de a guerra acontecer somente em terra, o almirante deveria intervir ao lado do monarca, mas se não lhe fosse possível intervir na mesma não teria qualquer tipo de penalização.²²

O almirante deveria ter consigo vinte genoveses conhecedores do mar, que seriam alcaides e arrais das galés. Esta condição era perpétua, sendo que o alcaide receberia “doze libras e meia pólo mez, e por governo pam, e biscoito, e auga, como

¹⁷ Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes, *Ordenações Afonsinas*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), 319.

¹⁸ Costa e Nunes, *Ordenações*, 319-320.

¹⁹ Costa e Nunes, *Ordenações*, 320-322.

²⁰ Costa e Nunes, *Ordenações*, 322.

²¹ Costa e Nunes, *Ordenações*, 322-323.

²² Costa e Nunes, *Ordenações*, 324-325.

derem aos outros; e ao que for arraes de guallee oito libras por mez de soldada, e esso meesmo pam, e biscoito, e augua, como dito he”.²³

Há uma cláusula à qual devemos ter em atenção, tendo em conta o que vai suceder. Tem a ver com a descendência pela via masculina:

Se per falicimento de cada huũ dos Almirantes, que forem em estes Regnos, e o dito Almirantado herdarem, acontecer nom ficar delle filho barom lídimo, e leigo, que decenda do dito Mice Manuel per linha direita lidimamente nado, entom o dito Almirantado com totalas cousas, e direitos a elle anexados, deve seer tornado livremente aa Coroa dos nossos Regnos sem outra nenhũa contenda.²⁴

2. Os Almirantes-mores de Portugal

Em seguida apresentamos pequenas biografias dos detentores do cargo de almirante durante o período em análise, ou seja, de D. Dinis a D. Afonso V (1279-1481).

2.1. Nuno Fernandes Cogominho

O percurso político de Nuno Fernandes Cogominho ter-se-á iniciado no ano de 1295, quando foi enviado por D. Dinis a tomar e guardar, entregues pelo representante de Fernando IV de Castela, os castelos e vilas de Moura e Serpa.²⁵

Por estes anos armou galés e em alto-mar atacou de surpresa o monarca castelhano, que tinha tomado alguns navios mercantes portugueses que estavam no rio Tejo.²⁶

A proximidade ao monarca acaba por conduzi-lo ao cargo de almirante-mor.²⁷ Assim sendo, a 3 de março de 1314 ocupará o cargo de Almirante do reino, o primeiro detentor deste cargo. Para Frei Francisco Brandão terá sido o primeiro, mas provavelmente desde 1307.²⁸ Acreditamos ser possível esta data, pois no ano seguinte

²³ Costa e Nunes, *Ordenações*, 325.

²⁴ Costa e Nunes, *Ordenações*, 327.

²⁵ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro. *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias 1279-1325* (Porto: Edição do Autor, 1997), II, 660.

²⁶ Maria da Luz de Oliveira Barbosa Ferreira de Barros, “A transformação de Portugal em Potência Naval”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 58.

²⁷ Nuno Fernandes Cogominho foi chanceler do infante D. Afonso não tendo assim ligações ao mar (Cardoso, “Organização”, 169).

²⁸ Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana* (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1976), Parte V, Lv. XVII, 173.

é feita a referência ao cargo, sendo Nuno Fernandes Cogominho o seu detentor. E sê-lo-á até à sua morte, no ano de 1316.²⁹

Sabemos que D. Dinis lhe doou a horta de Salvaterra a 3 de março de 1314, com carácter hereditário.³⁰

2.2. *Micer Manuel Pessanha*

Após a morte do seu primeiro almirante, era necessário encontrar um substituto. D. Dinis terá pedido a Vicente Anes César e a João Lourenço, dois cavaleiros portugueses residentes em Avinhão, que procurassem alguém que se enquadrasse no cargo.

A 1 de Fevereiro de 1317 ocorre aquilo a que Sotto Mayor Pizarro chama de salto qualitativo: a contratação do genovês Manuel Pessanha.³¹ Confirmado por diversas cartas régias, o almirante-mor comprometia-se a servir D. Dinis por mar e se necessário por terra, contra os mouros ou cristãos.

A escolha do genovês deve-se à potência marítima por que Génova era conhecida, pelo saber e pela experiência secular. Aliavam-se a esta realidade as qualidades que favoreciam o serviço deste homem: mantinha contactos com a Inglaterra, uma vez que os seus irmãos estavam a serviço dessa coroa e tinha contactos em Roma, pois outro dos seus irmãos, António, estava ao serviço de Clemente V.³² Gostaríamos ainda de salientar que nesta cronologia estavam a chegar a Portugal vários “italianos”, que iam formando colónias, pelo que estavam a ganhar alguma expressão demográfica no reino e, sendo de várias origens, iam trazendo técnicas de guerra marítima diferentes.

Aquando da sua contratação recebe o lugar da Pederneira, em Lisboa, e 3000 libras anuais.³³ Era possível trocar esta quantia por uma herdade ou vila que tivesse rendas equivalentes; no entanto esta situação levantava problemas com os frades da Trindade, que nesse local soterravam os mortos.³⁴ Por fim, teria direito a uma quinta

²⁹ Mattoso, “A Política”, 153-155; Pizarro, *D. Dinis*, 174; Silva, “Almirante”, 118; Cardoso, “Organização”, 167.

³⁰ João Martins da Silva Marques e Alberto Iria, *Descobrimentos Portugueses* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 25-26.

³¹ Sotto-Mayor Pizarro, *D. Dinis*, 223.

³² Cardoso, “Organização”, 169.

³³ Este local abrangia um largo perímetro: descia até Valverde (Rossio) e rua de Mestre Gonçalo (Nova do Carmo), limitado a sul pelas Portas de Santa Catarina (Chiado), e circunscrevia a encosta, nos contornos de uma linha hoje descrita pelas ruas Larga de S. Roque, S. Pedro de Alcântara e Calçada da Glória. Anteriormente à doação, teria estado na posse de judeus.

³⁴ Cardoso, “Organização”, 172.

parte dos ganhos da batalha³⁵, estando por isso autorizado a praticar o corso com a armada que se encontrava à sua disposição.³⁶

O cargo tinha carácter hereditário, como podemos ver no contrato:

miçer manuel peçagno de Genua e os uossos sucessores pêra ficardes na mha terra por meu almirante / e pêra seruides em este offiço mjm e os meus sucessores que forem Reis en Portugal.³⁷

Somente no caso de não haver sucessor, o cargo voltaria à coroa.³⁸

Quatro dias após a assinatura do contrato, surge uma carta de concessão alertando o almirante para a necessidade de ter consigo vinte genoveses.³⁹ Na eventualidade de algum ir embora, teria um prazo de oito meses para encontrar um substituto.⁴⁰ Estes homens poderiam trazer a sua família, acabando isso por ser uma mais-valia. Por fim, elucida para o facto de todos os embarcados estarem sobre a sua jurisdição.⁴¹ Em carta de confirmação de mercê, datada de 23 de fevereiro de 1317, o monarca salienta que todos os alcaides das galés, corsários e arrais, entre outros, tinham de obedecer ao almirante.⁴²

No ano em que se estreia no cargo, invade com a sua frota a costa marroquina. Várias foram as apreensões. Ainda em 1317, D. Dinis envia o seu almirante para percorrer o Estreito de Gibraltar e as costas de Berberia, de forma a impedir o contacto de Granada com África, ajudando assim Castela.⁴³

Nos finais de 1318, Manuel Pessanha foi enviado como embaixador, juntamente com Vicente Anes Cesar, a Roma. D. Dinis procurava a permissão para a criação de uma nova ordem militar, bem como a separação da Ordem de Santiago portuguesa da castelhana. O Papa João XXII permitiu que os freires portugueses de Santiago passassem a obedecer a mestres provinciais. Assim se consumou a nacionalização desta ordem. Apenas 3 anos após a assinatura do contrato, em 1320, Manuel Pessanha é enviado a Avinhão, em conjunto com deão do Porto, D. Gonçalo Pereira, futuro bispo de Lisboa e arcebispo de Braga, para pedir ao papa um subsídio de forma a organizar

³⁵ Silva, "Almirante", 118.

³⁶ Barros, "A Formação", 23.

³⁷ Marques, Descobrimentos, 28.

³⁸ Silva, "Almirante", 118. Costa, *Ordenações*, 320.

³⁹ Marques, Descobrimentos, 30-31.

⁴⁰ Cardoso, "Organização", 171.

⁴¹ Mattoso, "A Política", 153-155. Pizarro, *D. Dinis*, 174. Barros, "A Formação", 23.

⁴² Marques, Descobrimentos, 32.

⁴³ Barros, "A Transformação", 66.

as galés portuguesas e combater os mouros, obtendo ainda a autorização para separar a Ordem de Santiago portuguesa da castelhana.

O trabalho do almirante-mor foi de tal modo satisfatório, que o monarca lhe fez a doação do senhorio da vila de Odemira, em 1319, e em 1322 aumentou-lhe a tença anual em 3000 libras,⁴⁴ acrescentando ainda que os moradores de Odemira “lhy obedeescades e façades seu mandado assi come por nosso senhor e que lhy arrecudades e façades arrecudir bem e diretamente com todolos dereitos e Rendas que en ele ha daver”.⁴⁵ Também podemos ver com maior detalhe que obtém a “doação do castelo e da vila de Odemira e o reguengo de Algés (em substituição da primitiva tença) – e ainda 1000 livras em dinheiro e 2000 em dinheiros e em panos”.⁴⁶ Todavia, em 1319, D. Dinis acautelava os “veiros de metaes” que fossem encontrados nos locais doados ao almirante.⁴⁷

Tudo leva a admitir que Micer Manuel Pessanha era um homem de confiança do monarca. Baseamos esta afirmação tendo em conta a embaixada que o almirante-mor levou a cabo a Avinhão. Tinha duas missões a seu encargo. A primeira, e a que mais nos interessa, consistia em obter privilégios para desenvolver a marinha de guerra portuguesa. Esta missão foi um êxito, como podemos ver na bula enviada pelo papa João XXII, datada de 19 de maio de 1320. Nela podemos ver que o monarca estava autorizado a reter durante três anos a dízima do rendimento de todas as igrejas do reino, para o desenvolvimento da dita marinha.⁴⁸ Competiu ao bispo e deão da Sé de Coimbra e ao nuncio João de Solerio averiguar dos rendimentos das igrejas para se deduzir a décima parte dos rendimentos.

A segunda motivação tinha a ver com a entrega ao papa da elevada quantia de quatro mil florins, confiada por D. Dinis, e um rol de queixas do mencionado bispo de Lisboa que perpetuava os conflitos no reino.⁴⁹ Tinha a ver com o clima de guerra civil que se vivia. Mas em que nem bulas papais nem cartas apostólicas estavam a surtir efeitos.

Durante o reinado de D. Afonso IV (1325-1357) a frota do almirante-mor entrará frequentemente em serviço. A primeira vez acontece quando Manuel Pessanha, no ano

⁴⁴ Pizarro, *D. Dinis*, 188. Marques, *Descobrimientos*, 42-43.

⁴⁵ Marques, *Descobrimientos*, 37.

⁴⁶ Marques, *Descobrimientos*, 35. Silva, “Almirante”, 118.

⁴⁷ Saul António Gomes, “A Produção Artesanal”, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1996), III, 477. Marques, *Descobrimientos*, 33-36.

⁴⁸ Pizarro, *D. Dinis*, 188. Barros, “A Transformação”, 58. Cardoso, “Organização”, 150.

⁴⁹ Sousa, *D. Afonso IV*, 50.

de 1326 se dirige a Inglaterra para propor o casamento entre a filha de D. Afonso IV com o primogénito de Eduardo II. Ainda que o casamento não se tenha realizado, a missão não foi um falhanço, uma vez que Eduardo III, em 1339, recomendava e tecia elogios tanto ao almirante como ao seu filho.

O almirante-mor vai ser chamado para auxiliar Castela na luta contra o rei de Granada; seriam seis meses de auxílio, mas tal acabou por não acontecer. De acordo com os cronistas, a ajuda portuguesa preparava-se para sair (1332) num momento em que os castelhanos já tinham sido vencidos.⁵⁰ Quatro anos depois temos notícia de Manuel Pessanha ter partido “para as Astúrias, onde apresa embarcações de pesca”.⁵¹ Já em 1337, existe outra tentativa conjunta contra os infiéis, partindo “de Sevilha uma armada castelhana composta por 30 galés com 7500 homens. De Lisboa sai ao seu encontro o almirante Pessanha com 30 galés”.⁵² O avanço foi travado por uma tempestade que destroça as duas frotas.

Quando as tropas castelhanas, comandadas pelos irmãos Fernando e João Rodriguez de Castro, invadem Portugal pelo Minho em direção ao Porto, vão encontrar forte oposição da parte do bispo do Porto, do arcebispo de Braga e do mestre da Ordem de Cristo. Ocorre na mesma ocasião um combate em Braga, que leva à morte de João Rodriguez de Castro. Quando desviamos as atenções para a guerra que se fazia no mar vemos que a situação não foi favorável a Portugal. A frota portuguesa, saída de Lisboa em direção à Galiza, para atacar, sofreu uma grave derrota junto ao Cabo de São Vicente, quando ocorria a uma ofensiva que, entretanto, tinha saído de Sevilha. Era almirante castelhano Afonso Jofre Tenório. O almirante Manuel Pessanha e o seu filho Carlos são feitos prisioneiros, no castelo de Jerez, como resultado desta batalha travada a 21 de julho de 1337.⁵³ Apenas seriam libertados perto da Batalha do Salado, em outubro de 1340.⁵⁴

Corria o ano de 1341 quando D. Afonso IV envia uma esquadra de dez galés, comandadas por Manuel Pessanha - embora para outros autores já o fosse por Carlos Pessanha -, para se juntar aos castelhanos no Estreito de Gibraltar. Iriam em auxílio do mesmo almirante castelhano que os tinha derrotado.⁵⁵ Era a luta de cristãos contra

⁵⁰ Barros, “A Transformação”, 66-67.

⁵¹ Cardoso, “Organização”, 151.

⁵² Cardoso, “Organização”, 151.

⁵³ Sousa, *D. Afonso IV*, 200. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, “Pessanha, Carlos”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 374. Cardoso, “Organização”, 152.

⁵⁴ Sousa, *D. Afonso IV*, 204. Barros, “A Transformação”, 69.

⁵⁵ Silva, “Pessanha”, 374. Barros, “A Transformação”, 71.

muçulmanos. Essa guerra prolongada ficou conhecida como “Batalha do Estreito”, e decidia quem controlava a passagem do estreito de Gibraltar.⁵⁶

Como a sucessão no cargo, hereditária como se continha na nomeação, se prolongou na descendência direta de Micer Manuel Pessanha, convirá ao leitor acompanhar a partir de agora a genealogia da família Pessanha na página vinte e quatro deste artigo.

2.3. Carlos Pessanha

Enquanto primogénito do primeiro almirante Pessanha, esteve sempre ao lado do pai nas lutas marítimas, tal como dissemos anteriormente.

Ainda que não haja certeza sobre a data em que Carlos Pessanha assumiu o cargo, certo é que em 1342 é ele quem comanda uma expedição enviada a Castela, sendo Algeciras o local a ser conquistado. O cerco prolonga-se e o almirante retira-se. Mas é esta vitória contra o rei de Granada e o rei de Marrocos que valeu uma inscrição na igreja de Santo Estêvão de Génova.⁵⁷

2.4. Bartolomeu Pessanha

Gostávamos apenas de ressaltar que Manuel Pessanha teve um segundo filho do primeiro casamento: Bartolomeu Pessanha. Este terá sido almirante-mor do reino entre 1342 e 1356. Estas datas vão de encontro à data de morte de Carlos e a data em que Lançarote assume o cargo. Sabemos também que terá sido partidário de D. João I durante a Crise Dinástica. Terá também participado na batalha dos Atoleiros ao lado de Nuno Álvares Pereira, e terá estado presente nas Cortes de Coimbra, como um dos setenta e dois procuradores da nobreza.

2.5. Lançarote Pessanha

Em 1356, talvez já como almirante-mor, Lançarote Pessanha vê confirmados os seus privilégios e recebe outras doações.⁵⁸ A título de exemplo, refira-se “A colocação dos alcaides do mar, dos alcaides das galés, arrais e petintais para serviço régio, bem como a destituição do cargo, ficam ao seu cuidado”.⁵⁹

⁵⁶ Sousa, *D. Afonso IV*, 218-219. Cardoso, “Organização”, 152. Silva, “Pessanha”, 374. Cardoso, “Organização”, 153.

⁵⁷ Cardoso, “Organização”, 153. Silva, “Pessanha”, 374.

⁵⁸ Marques, *Descobrimientos*, 105.

⁵⁹ Cardoso, “Organização”, 175.

Durante o reinado de D. Pedro I (1357-1367), o almirantado vai ser alvo de uma reorganização. Logo no início, a 26 de junho de 1357, Lançarote Pessanha, meio-irmão dos dois almirantes anteriores, é confirmado como almirante do reino.⁶⁰ Havia da parte do monarca a consciência que o seu reino era um alvo fácil para os corsários, e por isso tinha de manter o cargo.

Com D. Pedro I não foi apenas Lançarote Pessanha a ser privilegiado. Todos aqueles que estavam ligados à defesa marítima do reino tiveram a mesma sorte e, como nos diz Cristina Pimenta, “são conhecidas várias cartas concedidas por D. Pedro aos alcaides, arrais e petintais das galés de Setúbal, Tavira e Lisboa, entre os anos de 1357 e 1359”.⁶¹ Ao almirante foram doadas as rendas da vila de Odemira e de Lagos. Mais tarde obtém o direito de cobrar, uma vez por ano, a ancoragem aos navios aportados. Todavia salientamos que algum tempo depois este direito vai ser controlado:⁶² “Estipula para os navios com tonelagem entre 50 e 100 tonéis o pagamento de uma dobra de ouro e meia dobra para os navios com tonelagem entre 30 e 50 tonéis”.⁶³ Os homens do Porto sentem-se lesados com esta situação, uma vez que encarecia a mercadoria e tal trazia prejuízo.⁶⁴

Em 1359, Lançarote Pessanha parte com 10 galés ao encontro de Pedro I de Castela, o Cruel, no Ebro. Ao fim dos três meses, em que era obrigado a prestar auxílio por mar ao monarca castelhano, regressa,⁶⁵ tendo esta missão sido bem sucedida. Por privilégio, os moradores do couto e pescadores do lugar da Pederneira estavam isentos de irem nesta missão.⁶⁶

A 11 de Março de 1361, o monarca formaliza a regulamentação do almirante relativa à ancoragem de navios em portos do reino.⁶⁷ Os problemas acabaram por surgir quando o almirante recruta indevidamente pessoas para as suas embarcações e couto, pois ora o número excedia o previsto por lei ora contratava lavradores. Num diploma datado de 15 de dezembro de 1361, consta que “recrutava os doze homens que

⁶⁰ Marques, *Descobrimientos*, 107. Maria Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006), 108. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, “Pessanha, Lançarote”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 375.

⁶¹ Pimenta, *D. Pedro I*, 108.

⁶² Marques, *Descobrimientos*, 112-113. Pimenta, *D. Pedro I*, 108. Cardoso, “Organização”, 175.

⁶³ Cardoso, “Organização”, 175.

⁶⁴ Cardoso, “Organização”, 175.

⁶⁵ Cardoso, “Organização”, 154.

⁶⁶ Documentos, 94, 111.

⁶⁷ Paula Pinto Costa e Júlia Isabel Coelho Campos Alves de Castro, “A Legislação”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 229.

garantiam o transporte de pessoas numa barca em Lisboa, o que, entre outros, afetou o Mosteiro de Arouca”, ou seja, o mosteiro deixou de assegurar a travessia do rio.⁶⁸

Em 1364, Lançarote Pessanha vai em auxílio de Castela contra Aragão; levava consigo dez galés, mas rapidamente D. Pedro I retira a armada, face ao contexto das opções políticas e possível entendimento entre as partes.⁶⁹ Do mesmo ano data uma carta de privilégio aos moradores da Póvoa das Paredes, não tendo de ir em hoste e em frota do almirante.⁷⁰ Lançarote Pessanha recebe a carta, uma vez que os tentava constranger num momento em que necessitava de homens para combater contra Castela.

Antes de concluir o reinado do *Cruel*, refira-se o episódio dramático sofrido pelo almirante-mor do reino: Lançarote Pessanha viveu em Beja com Violante Vasques, entre 1362 e 1364. Por não ser uma relação legítima o monarca retirou-lhe o cargo e condenou-o à morte; o receio fez com que fugisse para Castela, onde ficou até à morte de D. Pedro I.⁷¹

Um dos aspetos a reter do reinado de D. Fernando é o corpo legislativo. O monarca vai reforçar as medidas tomadas por D. Dinis no que se refere ao cargo em estudo, tal como à construção e proteção naval.

Este monarca confirma a Lançarote Pessanha os seus privilégios, a 6 de novembro de 1367, acrescentando doações.⁷² Neste ano “confirma-lhe a jurisdição sobre alcaides, arrais e petintais das galés régias e sobre alcaides, arrais, petintais e homens do mar”.⁷³ As galés régias e outras particulares estavam sob a responsabilidade do almirante. A 13 de Março de 1368 é-lhe doada a vila de Odemira como já tinha acontecido no reinado anterior.⁷⁴

Como recompensa pela ajuda nas *Guerras Fernandinas* recebeu em 1368

15 000 dobras para custear as despesas do almirantado e dois anos mais tarde é donatário de uma casa em Lisboa, no bairro do almirante, imóvel que era utilizado como celeiro. Em 10 de Julho de 1371 volta a ser donatário da vila de Odemira e seu termo,

⁶⁸ Pimenta, *D. Pedro I*, 108-109.

⁶⁹ Pimenta, *D. Pedro I*, 156. Cardoso, “Organização”, 154.

⁷⁰ Documentos, 103, 117-118.

⁷¹ Albertina da Conceição Machado da Silva Barbosa, “Biografias”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 261.

⁷² Silva, “Pessanha”, 375; Marques, *Descobrimientos*, 121.

⁷³ Cardoso, “Organização”, 175.

⁷⁴ Marques, *Descobrimientos*, 122.

com todo o senhorio e jurisdição, reservando-se para o doador as apelações dos feitos do crime.⁷⁵

É ainda no reinado de D. Fernando, em 1372, que recebe jurisdição e imunidade do bairro do almirante.

Um dos pontos mais marcantes do reinado de D. Fernando são as *Guerras Fernandinas*. Tentaremos analisá-las de forma sucinta, para perceber os benefícios do almirante e a sua destituição. A primeira causa do conflito terá sido o assassinato de Pedro I, o *Cruel*, por Henrique II da Trastâmara, seu meio-irmão bastardo, aquando das lutas pelo trono castelhano. Tal como D. Pedro I, D. Fernando descendia de Sancho IV de Castela, e isso validava as suas pretensões ao trono castelhano. Assim, o monarca português tentou aliança com cidades de fronteira, por exemplo Tui e Orense, com o rei de Aragão, prometendo que casava com a infanta D. Leonor de Aragão e, por fim, com o rei de Granada.

Esta conjuntura fez com que D. Fernando saísse, em 1369, tanto por via marítima como terrestre, contra a Galiza. Como resposta ao ataque português, no mesmo ano, Henrique II invade “o Minho com o apoio de Du Guesclin, tomando Braga (...) e pondo cerco a Guimarães (...) e ocupando terras de fronteira em Trás-os-Montes, que acabaria por abandonar”.⁷⁶ Várias são as hipóteses levantadas para o abandono dessas cidades: a tomada da praça de Algeciras ou a compreensão de que compensaria mais tomar cidades fronteiriças.

D. Fernando, após os acontecimentos acima descritos, em junho de 1370, toma a iniciativa de enviar uma frota, comandada pelo seu almirante, para bloquear Sevilha, mas em dois anos nada fez. Henrique II, com o seu almirante genovês Bocanegra, fez armar vinte galés para combater os portugueses. No entanto, seria do conhecimento de D. Fernando de que teria uma capacidade naval superior à de Henrique II de Castela.⁷⁷

Por intervenção papal, o conflito é resolvido e as pazes ocorrem em março de 1371, ficando D. Fernando obrigado a casar com Leonor de Castela, mas tal não viria a ocorrer.

A segunda parte das Guerras Fernandinas ocorre entre 1372 e 1373. O problema parece ter residido no casamento entre D. Fernando e D. Leonor Teles. De 1372 data o

⁷⁵ Barbosa, “Biografias”, 261-262. Documentos, 124, 141-142.

⁷⁶ Paula Pinto Costa e Júlia Isabel Coelho Campo Alves de Castro, “O Descalabro do Poder Naval português”, Humberto Baquero Moreno (coord.), *Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414* (Lisboa: Academia da Marinha, 1998), 88-89.

⁷⁷ Costa, “O Descalabro”, 91. Cardoso, “Organização”, 156.

Tratado de Tagilde, que consiste na ajuda mútua entre D. Fernando e o duque de Lencastre, marido da filha ilegítima de Pedro, o *Cruel* e Maria Padilha. No ano seguinte é assinado o Tratado de Westminster, que reforçou o de Tagilde.

É com este clima de negociações que Henrique II entra em Portugal, pela fronteira de Almeida. Em janeiro de 1373 chega a Coimbra tendo conquistado pelo caminho locais como Pinhel, Celorico da Beira, Linhares e Viseu.⁷⁸ O objetivo era chegar a Lisboa, e tal ocorre a 23 de fevereiro de 1373. A cidade é cercada por terra e por mar, estando ao comando das galés estava o almirante Bocanegra. Face a este ataque surpresa, o almirante Pessanha, em conjunto com o capitão João Focim, prepara a ofensiva no rio Tejo, mas desentendem-se em relação à tática a usar quando avistam as galés castelhanas, uma vez que o almirante não queria atacar sem antes consultar o monarca:

A fuga do almirante permite a Gil Bocanegra entrar no Tejo e capturar algumas embarcações. É este episódio que demite Pessanha do seu cargo e aí coloca D. João Afonso Telo. As funções de defesa confiadas a Pessanha não tinham sido por ele executadas e é por isso destituído do cargo.⁷⁹

Rita Costa Gomes diz-nos que

por exemplo, ela detecta-se na patente defecção do almirante Pessanha para o campo castelhano, anulando a custosa vantagem, no plano dos recursos navais, por que tanto se esforçara D. Fernando desde o início do seu reinado.⁸⁰

Desta forma termina a segunda fase da guerra. O tratado de paz de 1373 é assinado em Santarém. Portugal passava a alinhar no bloco franco-castelhano, e a frota portuguesa teria de alinhar contra a inglesa durante três anos.

Já no final do reinado de D. Fernando, em 1383, há uma necessidade de “recrutar um número crescente de homens, o que associado a um empobrecimento geral dos povos e à fuga ao serviço nas armadas e frotas criava dificuldades ao sucesso da actividade militar”.⁸¹ Existe a consciência de que era necessário controlar e penalizar os casos de fuga, controlar as entradas nas galés e uma autoridade que se mantivesse informada dos erros dos oficiais da marinha. De forma a cumprir estas funções era necessário fornecer ao almirante um conjunto de funcionários, colocados de forma

⁷⁸ Costa, “O Descalabro”, 93.

⁷⁹ Cardoso, “Organização”, 158. Silva, “Almirante”, 119. Silva, “Pessanha”, 375. Costa, “O Descalabro”, 94.

⁸⁰ Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 105.

⁸¹ Cardoso, “Organização”, 176.

estratégica nos locais de recrutamento, para controlar o que estava estipulado.⁸² Assim sendo,

o dicto Almirante nos logares vnde ouuer homens das vjntenas do mar possa teer sseus ouuydores e alcaides e meirinos e porteiros e stpriuãães e outros ofiçiãães que ouçam e ljurem e dessenbargem todos os ffectos dos homens do mar.⁸³

Este alargamento da sua jurisdição vai levantar problemas que foram expostos nas Cortes de Coimbra de 1385. Pedia a população de Lisboa que o almirante fosse destituído. A jurisdição mantém-se, mas vários locais obtêm anulação da sua intervenção.⁸⁴

2.6. D. João Afonso Telo

Antes de falarmos sobre a ação militar de D. João Afonso Telo, convém saber quem era esta personagem. Filho do rico homem D. Martim Afonso Telo de Meneses (morto em Toro, em 1356) e irmão da rainha D. Leonor Teles, foi alcaide-mor e depois almirante-mor: “João Telo veio a preencher o almirantado”.⁸⁵

Recebe através de carta de 23 de maio de 1376 a doação das terras de Mafamude, Laborim e Lavadores.⁸⁶ Já então o referia como almirante e a situação mantém-se até 1380. Em 1382 não aparece na documentação nomeado como tal.

A terceira guerra com Castela ocorre entre 1381 e 1383. Ao contrário do que tinha ficado estabelecido na paz de Santarém (1373), a ideia de se aproximar de Inglaterra não tinha sido esquecida por D. Fernando. O primeiro dos motivos está ligado aos interesses marítimos, e depois por ambos apoiarem o Papa de Roma e não o Papa de Avinhão, como era o caso de França e Castela. Esta vontade mútua faz com que surja um acordo, melhor dizendo uma ratificação da aliança, a 14 de maio de 1381, entre D. Fernando e Ricardo II. No mês seguinte, é tratado o casamento entre D. Beatriz e Eduardo de Inglaterra.⁸⁷ Esta situação leva a uma nova guerra e problemas na fronteira, sobretudo no Alentejo.

Durante a terceira guerra, temos no cargo de almirante-mor o irmão da Rainha D. Leonor Teles. Salientamos que D. João Afonso Telo IV, talvez por não estar preparado para o cargo, sofre uma grande derrota, ao largo da costa algarvia, contra

⁸² Cardoso, “Organização”, 176. Marques, *Descobrimentos*, 184-185.

⁸³ Cardoso, “Organização”, 176.

⁸⁴ Cardoso, “Organização”, 177.

⁸⁵ Barbosa, “Biografias”, 267-268.

⁸⁶ Barbosa, “Biografias”, 270.

⁸⁷ Costa, “O Descalabro”, 99.

Castela, em junho de 1381. Esta derrota, em Saltes, fez com que o jovem almirante fosse capturado e com que o reino perdesse a sua frota.⁸⁸ O capitão-mor, Gonçalo Tenreiro, que fazia parte desta frota, por sua vez, não foi capturado.⁸⁹ Os ingleses vieram em auxílio dos portugueses, mas terão tratado mal as populações portuguesas fazendo crescer os apoiantes da causa castelhana.

O reino de Castela promete libertar algumas das terras conquistadas a 9 de agosto de 1382. Como contrapartida, D. Fernando daria a mão da sua filha D. Beatriz em casamento ao Infante D. Fernando, segundo filho de João I de Castela. Esta situação termina com a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, assinado em abril de 1383, uns meses antes do rei D. Fernando morrer.⁹⁰

Ainda do ano de 1382, em concreto de 12 de agosto, deparamo-nos com um mandato de prisão contra alguns escudeiros e besteiros do almirante. Tinham estes fugido com armas, cavalos e soldos. O almirante seria reembolsado em seis soldos pelo tempo que estes não o serviram e o deveriam ter feito.⁹¹

Percebemos através da obra de Oliveira Marques que durante a terceira *Guerra Fernandina* surge uma inovação que permite potenciar a marinha de guerra. Falamos da introdução da artilharia nos navios. Esta inovação terá chegado ao reino através da expedição naval inglesa. Eles traziam “as maiores naus estavam deante todas, com as alcáçovas [i. e., os castelos] contra o mar, armadas e apavesadas, percebidas de trons e outros artifícios para se defender”.⁹²

2.7. Lançarote Pessanha: O Regresso

Em setembro de 1383 Lançarote Pessanha está de regresso ao cargo.⁹³ Os privilégios adquiridos durante o reinado de D. Pedro I são confirmados.

Um mês depois, D. Fernando I morre e o almirante-mor alia-se ao partido de D. Leonor Teles. Já em 1384, quando vai a Odemira angariar apoiantes para a causa da rainha, é preso por Gonçalo Nunes. Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva apresenta-nos duas visões em que dá a morte do almirante como certa. No entanto, numa das suas versões diz-nos que Lançarote Pessanha é morto em Beja, sendo

⁸⁸ Gomes, *D. Fernando*, 150-151.

⁸⁹ Data do reinado de D. Fernando a criação do cargo de capitão-mor. A jurisdição deste aproxima-se das competências do almirante-mor em matéria relacionada com homens do mar.

⁹⁰ Costa, “O Descalabro”, 101.

⁹¹ Marques, *Descobrimientos*, 179-180.

⁹² A. H. de Oliveira Marques, “A Guerra Marítima”, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1987), IV, 360.

⁹³ Silva, “Pessanha”, 375.

confundido com um partidário de D. Leonor Teles.⁹⁴ A segunda apenas nos relata o falecimento do almirante, não sugerindo uma explicação para o acontecimento.⁹⁵

Após este período conturbado da história de Portugal, a normalidade é restaurada. Sucedem como almirantes-mores dois filhos do assassinado Lançarote Pessanha, que apoiavam a causa do Mestre de Avis. E o cargo manter-se-á na família Pessanha até ao reinado de D. Afonso V.

2.8. Manuel Pessanha II

Para Manuel Pessanha, primeiro filho varão de Lançarote Pessanha, não temos informações para além de que seja provável ter sido investido a 2 de junho de 1385.⁹⁶ Parece-nos haver uma confusão historiográfica entre os irmãos. No entanto, Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva aponta para que tenha sido Manuel a tomar “parte na Batalha de Atoleiros ao lado de Nuno Álvares”.⁹⁷ Assim sendo, fez parte do Conselho de Estado do novo monarca.

2.9. Carlos Pessanha

Avançamos depois para Carlos Pessanha, filho segundo de Lançarote, mais bem documentado, sendo assim mais fiável avançar informações.

Antes, porém, gostaríamos aqui de salientar que a 8 de novembro de 1385 “esbarramo-nos” com um almirante das galés.⁹⁸ Esta carta de confirmação avança que o cargo pertenceu a Lançarote da França e que, no momento da escrita do documento, o mesmo pertence ao seu filho, Lopo Afonso da França. Se atentarmos à genealogia, podemos ver que Lançarote da França é o pai de D. Leonor Afonso, segunda mulher do primeiro almirante Pessanha.

Sabemos que, a pedido de D. Nuno Álvares Pereira, Carlos Pessanha é investido como almirante-mor do reino através de uma carta de mercê datada de 15 de Dezembro de 1387.⁹⁹ Por terem surgido dúvidas sobre o direito da família Pessanha ao cargo, “(...) porquanto a nos era duvida se o dicto Mice Carlos pelo dicto privilegio podia aver o dito almirantado ou nom (...)”.¹⁰⁰ Sabemos que esta foi pedida pelo Condestável, através da

⁹⁴ Silva, “Almirante”, 119.

⁹⁵ Silva, “Pessanha”, 375. Barbosa, “Biografias”, 264.

⁹⁶ Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, “Pessanha, Manuel”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971), III, 376.

⁹⁷ Silva, “Pessanha”, 376.

⁹⁸ Marques, *Descobrimientos*, 186.

⁹⁹ Silva, “Pessanha, Carlos”, 375.

¹⁰⁰ Costa, “A Legislação”, 247.

seguinte afirmação da carta de mercê mencionada: “fazemos saber que per nuno alvarez pireira nosso condestabre nos foe mostrado o pribujlegio do almjrantado dizendo nos o dicto conde que per o dicto priujllegio mjce carllos (...) auja djreito no dicto almjrantado”.¹⁰¹ D. João I confere o título em vida do almirante, decidindo mais tarde se o daria de forma hereditária ou não.

Talvez por ser casado com Joana Pereira, talvez por ter apoiado a causa de D. João I, ou por ambas as razões, D. Nuno Álvares Pereira volta a intervir a favor de Carlos e, em 1388, o almirante-mor estava a receber umas casas no bairro do almirante. Cinco anos volvidos, adquiria os Paços da Pedreira, que já tinham pertencido à sua família,¹⁰² e que tinham estado na posse do Conde de Barcelos, D. João Afonso.

Após a devida ponderação e através de carta de sentença datada de 12 de novembro de 1397, D. João I devolve a hereditariedade do cargo ao almirante Carlos Pessanha, tal como ficara estabelecido no contrato de 1 de fevereiro de 1317.¹⁰³

É ainda durante o reinado de D. João que encontramos uma ordenação, datada de 1405, que diz que todos os homens nomeados para as vintenas não podem recusar estar presentes nas galés. Vários apelaram à isenção, como é o caso dos

marinheiros de Leça e de Matosinhos de não ingressarem como remeiros porque levam o peixe a Aragão. Os mareantes de Aveiro que carregavam em barcos para as marinhas areia e junco eram também lavradores, esperando por isso não serem obrigados a entrar nas galés. Da mesma situação se serviam os moradores, barqueiros e pescadores de Vagos, de Ílhavo e de Vila do Minho e de outros lugares do Douro.¹⁰⁴

Todavia, os estrangeiros não se podiam isentar sob pena de serem considerados vadios. Esta situação é transmitida pelo rei ao almirante.

Tal como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho, na corte viviam os “conselheiros, alguns grandes e a sua guarda de escudeiros, pajens e oficialato doméstico”.¹⁰⁵ Depois, em pormenor, a autora destaca vários nomes, nos quais inclui a família Pessanha. A mesma autora sugere que todas famílias que estavam nesta condição recebiam moradias da coroa, para fazer face às suas despesas.

¹⁰¹ Documentos, 196, 210-211

¹⁰² Este local foi confiscado a Lançarote Pessanha, filho do segundo casamento de Manuel Micer Pessanha, e entregues ao Conde de Barcelos D. João Afonso. Marques, *Descobrimientos*, 201-202, 209-210.

¹⁰³ Silva, “Pessanha”, 375. Costa, “A Legislação”, 247. Barbosa, “Biografias”, 265-266.

¹⁰⁴ Cardoso, “Organização”, 186-187.

¹⁰⁵ Coelho, *D. João I*, 220.

2.10. D. Pedro de Meneses: Almirante por Dote de Casamento

D. Pedro de Meneses é uma personagem complexa. Primeiro conde de Vila Real e segundo de Viana, foi o primeiro governador de Ceuta, entre 1415 e 1430, e depois de 1434 a 1437. Junta àqueles o título de almirante-mor do reino, através do dote de casamento com D. Genebra, filha de Carlos Pessanha. O casamento deve ter ocorrido por volta de 1430 e 1431. Convém salientar que o novo almirante-mor era primo da rainha D. Leonor Teles e do antigo almirante João Afonso Telo. O cargo passara pela via feminina, uma vez que dois filhos de Carlos Pessanha morrem ainda em vida do pai.

Vejamos agora alguns episódios ligados ao seu exercício do cargo. Após queixa dos pescadores da cidade de Lisboa, D. Pedro, enquanto almirante, não poderia tomar as barcas nem constranger estes homens de forma alguma.¹⁰⁶

A 7 de Julho de 1435 é dirigida a D. Pedro de Meneses uma carta que permite ao “seu meirinho ou outro quallquer que o dito almirante poser em o dito offço e hũu seu homeem posam trazer armas”,¹⁰⁷ carta de privilégio que surge após um dos homens do almirante-mor ter sido preso, pois não tinha autorização régia para tal.

Sabemos que houve um atraso numa carta de confirmação, que chega a 6 de fevereiro de 1439, dada ao sogro de D. Pedro de Meneses, Micer Carlos Pessanha, por este não ser o almirante do reino.¹⁰⁸

2.11. Lançarote Pessanha II: Da Menoridade ao Desempenho do Cargo

Não tendo havido secessão do casamento do conde de Vila Real com Genebra Pessanha, o cargo chega à posse de outra família, os Melos, de novo por via feminina. Lançarote era filho de Rui de Melo e Dona Beatriz Pereira, filha de Carlos Pessanha e Joana Pereira, a irmã de D. Nuno Álvares Pereira. Durante a sua menoridade é almirante do reino o seu pai, Rui de Melo.¹⁰⁹ Por morte de Lançarote, Rui de Melo volta a ser o almirante do reino.

Sabemos que o cargo foi confirmado ao trineto do primeiro almirante, Manuel Pessanha, através de cartas régias datadas de 31 de agosto de 1444 e de 11 de novembro de 1448,¹¹⁰ cargo que é novamente confirmado a 13 de agosto de 1444.¹¹¹

¹⁰⁶ Marques, *Descobrimientos*, 283-284.

¹⁰⁷ Marques, *Descobrimientos*, 290-291.

¹⁰⁸ Marques, *Descobrimientos*, 395-396.

¹⁰⁹ Rui de Melo foi senhor da Casa de Melo, das terras de Évora Monte, Portimão, Mértola.

¹¹⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (Lisboa: Editorial Verbo, 1978) II, 295. Marques, *Descobrimientos*, 458-459.

¹¹¹ Marques, *Descobrimientos*, 440.

Em março de 1449, o mesmo monarca confirma que o almirante tinha jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais.¹¹²

A 13 de Agosto de 1450, através de carta de sentença, sabemos que D. Afonso V recusou-se a pagar a tença anual de 300 000 libras, pois já não se cumpriam as cláusulas do contrato assinado por D. Dinis: “nom compriram a dicta condiçom nem manteueram os dictos vijnte homeens de genoa segundo eram theudos”.¹¹³ Esta situação, juntamente com a multiplicação dos encargos e obrigações, levou a que o monarca passasse cartas de serventia do ofício a dois cavaleiros, um de Lisboa e outro do Porto.¹¹⁴ Nesta altura, o detentor do cargo vivia no Algarve.

Surge no ano de 1450, em concreto a 23 de maio, uma carta que informa que, em tempo de paz, o almirante do reino, neste caso Lançarote, tinha jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das gales. Tinha também poder sobre os desertores.¹¹⁵

Lançarote Pessanha II terá falecido antes de 27 de julho de 1453, pois nesta data volta a exercer o cargo o seu pai, Rui de Melo.

2.12. Rui de Melo

É através de uma carta de mercê, dada por D. Afonso V a 27 de julho de 1453, que sabemos que Rui de Melo é o novo almirante-mor do reino. Esta mesma carta lembra a tradição solene de juramento do almirante: “O quall Jurou em a nosa chancelaria aos ssantos avangelhos que bem e djreitamente E como deue obre huse do dicto oficio”.¹¹⁶ Cerca de um ano após estar de novo no cargo, D. Afonso V confirma o direito de ancoragem conforme a doação de D. Pedro I, em 1361.

Rui de Melo viria a falecer em Portimão, a 25 de fevereiro de 1467.¹¹⁷

2.13. Outros Almirantes

Por morte de Rui de Melo, é Nuno Vaz de Castelo Branco que vai obter o cargo de almirante-mor, a 27 de abril de 1467.¹¹⁸ Filho de Catarina Pessanha, era neto de Antão Pessanha, por sua vez neto de Lançarote Pessanha I e bisneto de Micer Manuel

¹¹² Marques, *Descobrimientos*, 466.

¹¹³ Marques, *Descobrimientos*, 478. Silva, “Almirante”, 119.

¹¹⁴ Silva, “Almirante”, 119.

¹¹⁵ Marques, *Descobrimientos*, 473.

¹¹⁶ Marques, *Descobrimientos*, 502.

¹¹⁷ José de Vasconcellos e Menezes, *Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos Para a História da Marinha (Século XII - Século XVI)* (Lisboa: Academia da Marinha, 1989), 316.

¹¹⁸ Barbosa, “Biografias”, 260.

Pessanha. Sobre este almirante-mor sabemos que terá sido Monteiro-mor e devê-lo-ia ser desde 1442, e provavelmente os seus irmãos também o seriam.¹¹⁹

A documentação relativa a este período parece ser escassa se compararmos com a documentação do período anterior.

Apesar de já não serem alvo de estudo, devido à cronologia estabelecida, achamos pertinente informar que o cargo segue no ramo da família Azevedo, através da descendência que resultou do casamento de uma irmã de Nuno Vaz, Isabel com Gonçalo Gomes de Azevedo. Assim, foram almirantes Lopo Vaz de Azevedo, António de Azevedo e Lopo de Azevedo. Consultando a genealogia que se segue depois da conclusão, pode-se acompanhar o cargo desde o momento em que entrou na posse da família Azevedo.

Conclusão

Sabemos que o cargo de almirante-mor existia desde os finais do século XIII com funções minimamente definidas. No entanto, é necessário salientar que se nota uma diferença entre Nuno Fernandes Cogominho e a família Pessanha, essencialmente relacionada com o conhecimento do mar, e por isso afirmámos com certeza que o cargo de almirante propriamente dito foi criado no reinado de D. Dinis. Assumimos, assim, que a partir de 1317 surge uma marinha organizada pelos descendentes de Manuel Micer Pessanha e com carácter permanente. Os ensinamentos passaram e cerca de um século depois esta família acaba por ser substituída por famílias portuguesas, ainda que num primeiro momento estejam ligadas aos Pessanha através de laços matrimoniais.

A importância desta família está bem patente e justificada por José Benedicto Pessanha, no início de *Novecentos*:

Se os Pessanhas exerceram tal comando num tão largo período e continuaram ainda a exercê-lo, é forçoso confessar-se que a sua acção e qualidades os tornaram respeitados e aceites, insuflando coragem e esperanças no espírito dos nossos marinheiros, educando-os, preparando-os, e afoitando-os ao êxito de futuros lances heroicos, que tanto vieram nobilitar e engrandecer a nossa nacionalidade.¹²⁰

Os amplos poderes obtidos por doação deixam-nos perceber que as atividades desempenhadas pela família Pessanha foram importantes e valorizadas pelos

¹¹⁹ Menezes, *Os Marinheiros*, 322.

¹²⁰ Pessanha, *Nota*, 1.

monarcas. A título de exemplo, temos as seguintes doações confirmadas e ampliadas em 1319, 1321, 1322, 1327, 1356, 1357, 1367, 1372, 1383, 1397, 1439, 1448 e 1449. Como se pode notar as doações foram sucessivas.

Todavia, é necessário ter atenção que, com o tempo, e seguindo a ideia de Oliveira Marques, o almirante tinha funções de superintendência geral, tendo a hereditariedade do cargo transformado o mesmo em “sinecura rendosa”.¹²¹

Ainda que não se encontre dentro da cronologia que estudamos, gostaríamos de salientar que D. Manuel I, correndo o ano de 1502, concede o título de almirante do mar da Índia a Vasco da Gama. As regalias seriam as mesmas que estavam associadas ao cargo em Portugal.¹²² Como nos dão a entender vários autores, entre os quais Luís de Albuquerque, este desenvolvimento da arte de bem navegar terá permitido aos portugueses expandirem-se rapidamente para a navegação e conquistas oceânicas. O próprio alargamento do cargo acaba por estar ligado a esta ideia.

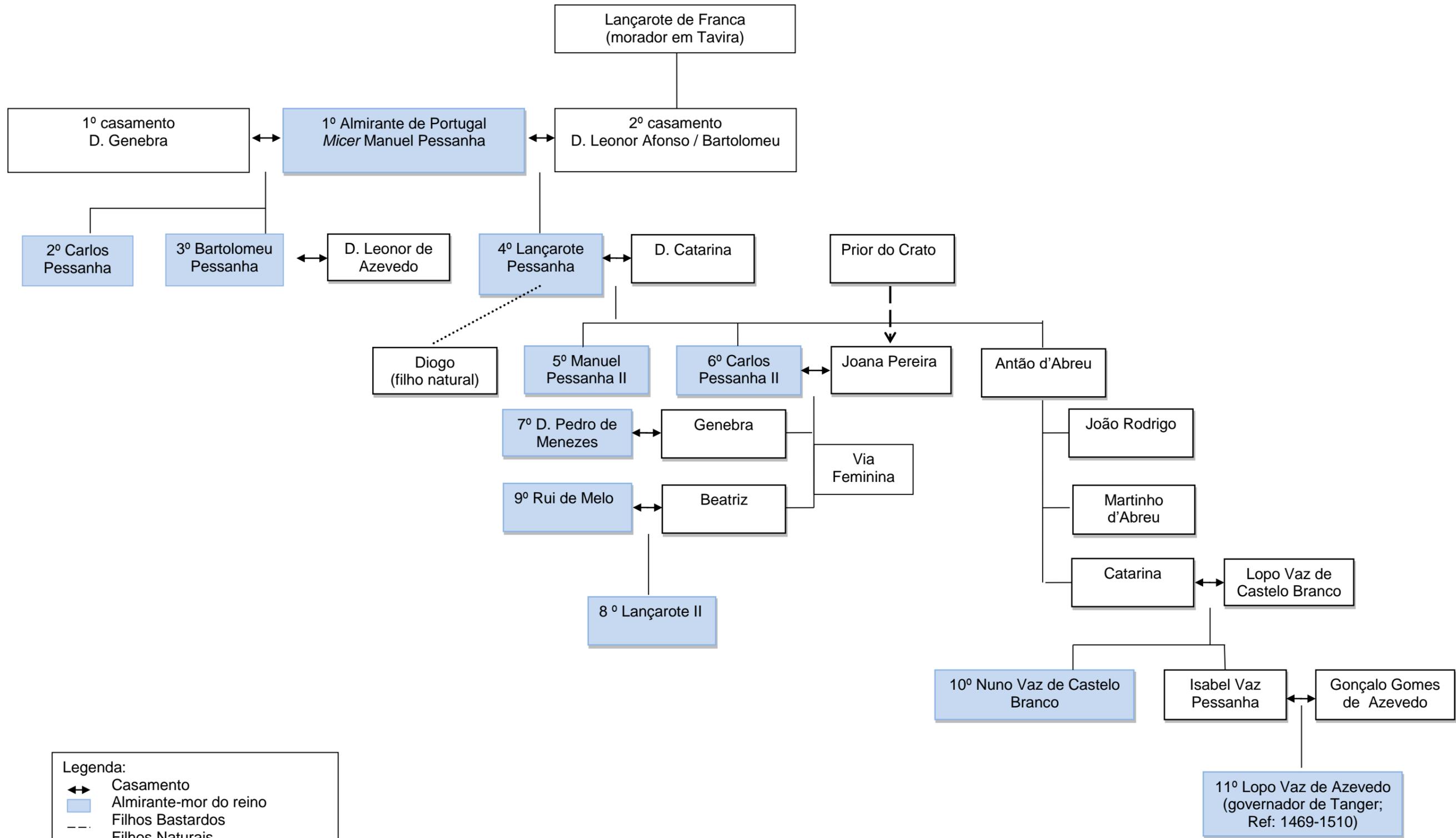
O historiador Carvalho Homem questionara: “D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?”.¹²³ Acreditamos que a contratação de *Micer* Manuel Pessanha é um inequívoco sinal de mudança de tempo, no que toca à orgânica legislativa do almirantado em Portugal.

¹²¹ Marques, “A Guerra”, 361.

¹²² Silva, “Almirante”, 119.

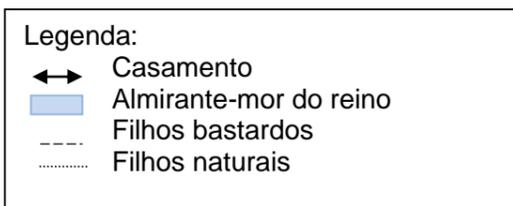
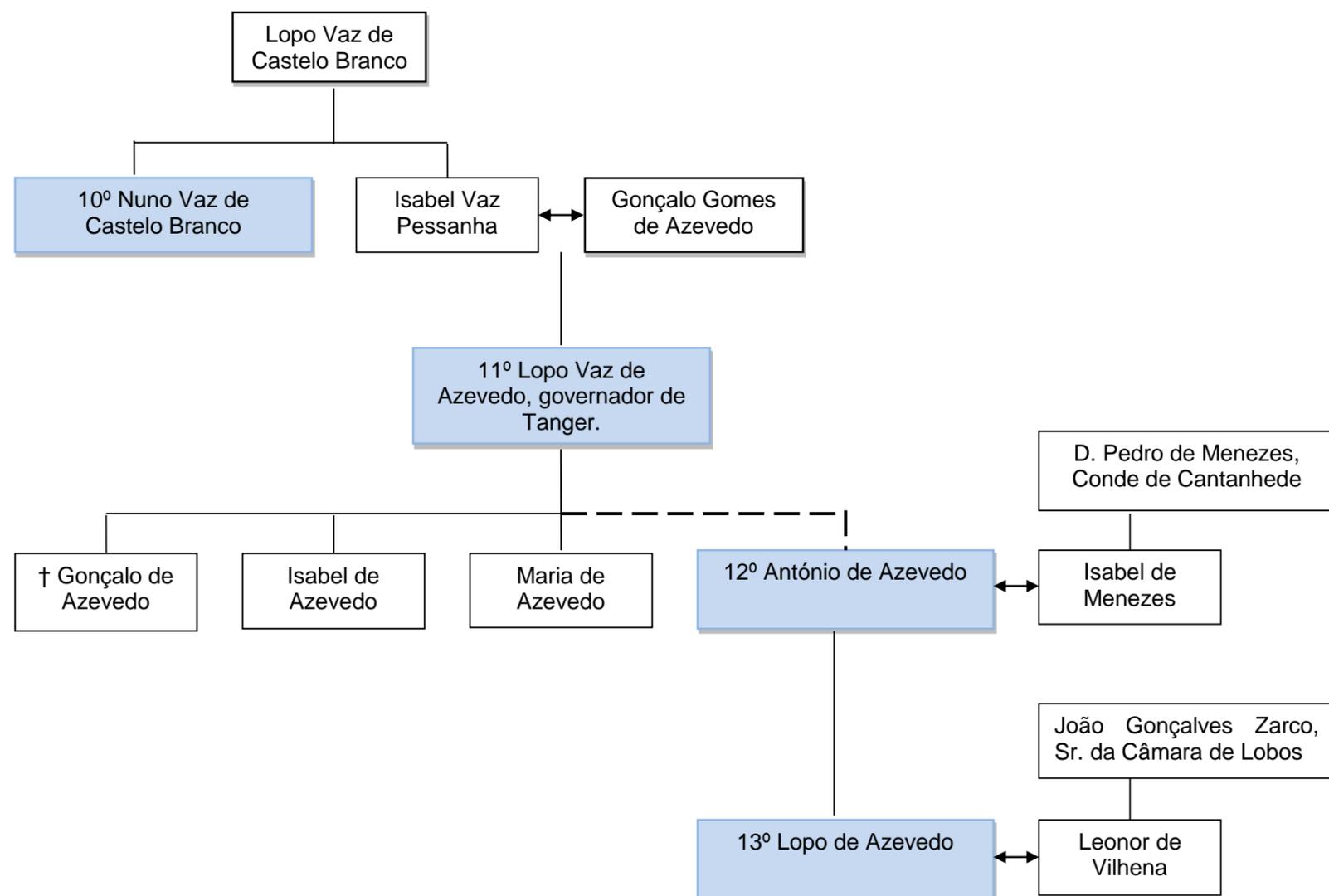
¹²³ Serrão e Marques, *Nova*, III, 160.

Genealogia da Família Pessanha



Legenda:
 ↔ Casamento
 Almirante-mor do reino
 --- Filhos Bastardos
 Filhos Naturais

Genealogia da Família Azevedo



Bibliografia

- Moreno, Humberto Baquero (coord.). *Homens, Doutrinas e Organização: 1139-1414*. Lisboa: Academia da Marinha, 1998. Vol. I.
- Canale, Michel-Giuseppe. *Tentativo dei Navigatori e Scopritori Genovesi per Riuscire all' India Lunghesso la Costa Occidentale dell' Africa, Sino Dagli Ultimi Anni del Secolo XIII Continuato Quindi per Essi ed Altri Italiani al Servizio del Portogallo nel XIV ed Oltre la Metà del XV Secolo, Potente e Sicuro Indirizzo Alla Scoperta del Capo di Buona Speranza*. Génova: Tipografia e Litografia Pagano, 1881.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. "Portugal: Um Reino, Plantador de Naus". *Revista Portuguesa de História – nº 43 (2012)*.
- Costa, Mário Júlio de Almeida e Nunes, Eduardo Borges. *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- Duarte, Luís Miguel. "A Marinha de Guerra Portuguesa". Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003. Volume I.
- Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Freire, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. Volume II.
- Gomes, Rita Costa. *D. Fernando*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Iria, Alberto. *Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971.
- Menezes, José de Vasconcellos e. *Os Marinheiros e o Almirantado. Elementos Para a História da Marinha (Século XII - Século XVI)*. Lisboa: Academia da Marinha, 1989.
- Morais, Tancredo de. *A Acção da Marinha na Conquista e Defesa do Território. Instituições Marítimas e Comércio Marítimo*. Lisboa: Congresso do Mundo Português, 1940. Volume II.
- Musso, Gian Giacomo. *Nuovi Documenti dell'Archivio di Stato di Genova nei Rapporti tra Genova e il Portogallo nell'Eta' delle Grandi Scoperte*. Genova: Biblioteca Universitaria.
- Peragallo, Prospero. *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI: Studi*. Turim: Stamperia Reale della Ditta G. B. Paravia E. C., 1904.

- Pessanha, José Benedicto D'Almeida. *Nota Histórica dos Almirantes Pessanhas e Sua Descendência Dado no Ano de 1900*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1900.
- Pimenta, Maria Cristina. *D. Pedro I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1978. Volume II.
- Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dirs.). *Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. Volume III.
- Serrão, Joel Serrão e Marques, A. H. de Oliveira (dirs.). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987. Volume IV.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Almirante". Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume I, 118-119.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Bartolomeu", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 374.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Carlos", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 374.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da, "Pessanha, Carlos", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, imp. 1963-1971. Vol. III, 374-375.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Lançarote", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 375.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Manuel", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 375-376.
- Silva, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. "Pessanha, Manuel", Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. Volume III, 376.
- Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- Viana, Mário Paulo Martins. *O Almirantado e a Jurisdição Sobre os Homens do Mar em Portugal na Idade Média*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2012.